

AS DIFICULDADES DE ADAPTAÇÃO DE MATERIAL INCLUSIVO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

CHALLENGES IN ADAPTING INCLUSIVE MATERIALS IN BASIC EDUCATION

 <https://doi.org/10.63330/sasciencesv6n2-145>

Submetido em: 17/08/2026 e Publicado em: 24/08/2026

SAS: e26371

Aline Nascimento Paz

Mestra em Ciências da Educação – Universidade Leonardo da Vinci

E-mail: alinuxo@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9600441630195334>

Anildo dos Santos Barbosa

Mestrando em Ciências da Educação – Universidade Leonardo da Vinci

E-mail: anildoufpa2004@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1455049692600948>

Leni Nascimento Pereira de Souza

Mestranda em Ciências da Educação – Universidade Leonardo da Vinci

E-mail: leni.pereira@ifsertao-pe.edu.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6485537248310800>

Mônica Maria de Sousa Borges

Mestranda em Ciências da Educação – Universidade Leonardo da Vinci

E-mail: monsb2003@yahoo.com.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6142538091944103>

Pedro Rogério de Oliveira Santos

Mestrando em Ciências da Educação – Universidade Leonardo da Vinci

E-mail: oliveirasantos.pros@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6020240517351745>

Platini Ramos da Silva

Mestrando em Ciências da Educação – Universidade Leonardo da Vinci

E-mail: initalpesomar@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1109287060583781>

Rafael Italo Fernandes da Fonseca

Mestrando em Ciências da Educação – Universidade Leonardo da Vinci

E-mail: rafael.iff@icloud.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4567372797445097>

Rosane Simonetti

Mestra em Ciências da Educação – Universidade Leonardo da Vinci

E-mail: rosanesimonetti@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9263789174102856>



Tércia Dantas Alves

Mestra em Ciências da Educação – Universidade Leonardo da Vinci

E-mail: tercianutri@hotmail.com

Plinio da Silva Andrade

Mestrando em Ciências da Educação – Universidade Leonardo da Vinci

E-mail: plinio.andrade@escola.pr.gov.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2780969651959606>

Márcio Luiz Oliveira de Aquino

Doutor em Ciências da Educação – Universidade Leonardo da Vinci

E-mail: marcionaptea@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3729385208193785>

Resumo

A educação especial constitui um conjunto de políticas públicas, normas e legislações federais e estaduais voltadas à garantia do direito à educação das crianças e dos jovens com deficiência. Fundamenta-se nos princípios da equidade, da acessibilidade e da inclusão, assegurando que todos os estudantes, sem qualquer forma de discriminação, tenham acesso às oportunidades de aprendizagem por meio da utilização de recursos, estratégias e adaptações que favoreçam seu pleno desenvolvimento. Nesse contexto, o presente artigo aborda a inclusão escolar e as dificuldades enfrentadas pelos professores da educação básica na adaptação de materiais pedagógicos destinados aos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). O objetivo geral consiste em discutir os principais desafios encontrados pelos docentes na elaboração e adequação de recursos didáticos que promovam uma aprendizagem inclusiva, significativa e equitativa. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, cujos resultados evidenciam que a efetivação da educação especial na perspectiva da educação inclusiva depende da garantia de condições que favoreçam a aprendizagem de todos os estudantes no ensino regular. Para isso, torna-se indispensável o investimento contínuo na formação inicial e continuada dos professores, bem como o fortalecimento de uma rede colaborativa composta por docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de diferentes áreas que atuam no atendimento aos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais. Por fim, destaca-se a importância de reconhecer e valorizar a diversidade como elemento constitutivo do ambiente escolar. Nesse sentido, cabe à escola promover práticas pedagógicas, ações institucionais e espaços de convivência pautados na inclusão, na acessibilidade e no respeito às diferenças, envolvendo toda a comunidade escolar na construção de uma educação democrática, participativa e de qualidade para todos.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Necessidades Educacionais Especiais; Políticas públicas.



Abstract

Special education comprises a set of public policies, regulations, and federal and state laws aimed at guaranteeing the right to education for children and young people with disabilities. It is grounded in the principles of equity, accessibility, and inclusion, ensuring that all students—free from any form of discrimination—have access to learning opportunities through the use of resources, strategies, and adaptations that foster their full development. In this context, this article addresses school inclusion and the difficulties faced by basic education teachers in adapting pedagogical materials for students with Special Educational Needs (SEN). The general objective is to discuss the main challenges teachers encounter when developing and adapting instructional resources that promote inclusive, meaningful, and equitable learning. This study is based on a literature review, and its results demonstrate that the effective implementation of special education within an inclusive framework depends on ensuring conditions that facilitate learning for all students in mainstream education. To this end, continuous investment in teachers' initial and ongoing training is essential, as is strengthening a collaborative network comprising teachers, school administrators, families, and professionals from various fields who support students with Special Educational Needs. Finally, the article highlights the importance of recognizing and valuing diversity as a fundamental element of the school environment. Accordingly, schools must promote pedagogical practices, institutional initiatives, and spaces for interaction grounded in inclusion, accessibility, and respect for differences, thereby engaging the entire school community in building a democratic, participatory, and high-quality education system for all.

Keywords: Public policies; School inclusion; Special Educational Needs.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Especial constitui uma modalidade de ensino destinada ao atendimento de estudantes que apresentam necessidades educacionais específicas decorrentes de deficiências, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. Esses estudantes podem apresentar diferenças de ordem física, intelectual, sensorial, emocional, comportamental ou de aprendizagem que demandam adaptações pedagógicas, recursos de acessibilidade e estratégias de ensino diferenciadas para garantir sua participação e aprendizagem em igualdade de oportunidades.

No Brasil, um importante marco para a consolidação da educação inclusiva ocorreu com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que assegurou o direito de todas as pessoas à educação e garantiu o acesso dos estudantes com deficiência às classes comuns do ensino regular. Essa mudança representou uma transformação significativa na compreensão do papel da escola, que passou a ser concebida como um espaço de valorização da diversidade e de promoção da igualdade de oportunidades.



Nesse contexto, reconhecer as diferenças entre os estudantes deixou de ser um obstáculo para tornar-se um elemento enriquecedor do processo educativo (Rodrigues; Lima, 2017).

Outro marco relevante foi a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, elaborada durante a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990. Esse documento reafirmou a educação como um direito universal e destacou a necessidade de ampliar o acesso e garantir a permanência de todos os estudantes nos sistemas educacionais, independentemente de suas características ou condições (Ziliotto; Gisi, 2018).

A efetivação da inclusão escolar de estudantes com deficiência nas escolas da rede regular trouxe novos desafios para os sistemas de ensino. Questões relacionadas à formação docente, à adaptação curricular, à acessibilidade física e pedagógica, à disponibilização de recursos didáticos e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) tornaram-se temas centrais nas discussões sobre educação inclusiva. Embora importantes avanços tenham sido conquistados por meio das legislações e das políticas públicas, a realidade das escolas ainda evidencia dificuldades para assegurar uma inclusão que seja efetivamente participativa e de qualidade. Diante desse cenário, o presente estudo parte do seguinte problema de pesquisa:

O movimento em favor da inclusão escolar passou por importantes transformações ao longo das últimas décadas. Em um primeiro momento, os estudantes com deficiência eram atendidos predominantemente em instituições ou classes especiais. Atualmente, a legislação brasileira prioriza sua matrícula nas classes comuns do ensino regular, com apoio do Atendimento Educacional Especializado quando necessário. Apesar dos avanços legais e das mudanças nas práticas educacionais, ainda persistem desafios relacionados à implementação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Garantir o direito à educação para todos exige o compromisso coletivo da sociedade e, especialmente, dos profissionais da educação, que desempenham papel fundamental na construção de práticas pedagógicas inclusivas e no combate a qualquer forma de discriminação (Moreira, 2022).

O objetivo geral desta pesquisa consiste em discutir as dificuldades encontradas na adaptação de materiais pedagógicos inclusivos destinados aos estudantes com necessidades educacionais especiais. Como objetivos específicos, busca-se analisar as políticas públicas voltadas à inclusão escolar; identificar se as instituições de ensino estão preparadas para atender adequadamente esses estudantes; e compreender a importância da formação continuada dos professores para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

Quanto aos procedimentos metodológicos, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de revisão bibliográfica, fundamentada na análise de livros, artigos científicos, documentos oficiais e legislações que abordam a educação inclusiva no contexto brasileiro. A relevância desta pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões sobre os desafios enfrentados na construção de uma escola inclusiva,



considerando que, apesar dos avanços legais, a inclusão plena dos estudantes com necessidades educacionais especiais ainda não se concretizou em todas as instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas (Zanato; Gimenez, 2017).

2 METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos propostos neste estudo, adotou-se uma abordagem de natureza qualitativa e caráter exploratório-descritivo, operacionalizada por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental. O percurso metodológico seguiu etapas sistematizadas para a seleção, leitura crítica e articulação teórica das fontes relacionadas à Educação Especial e à inclusão escolar.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O estudo fundamenta-se na pesquisa bibliográfica, embasada na análise de produções científicas e documentos normativos que discutem a inclusão de estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no ensino regular. A perspectiva qualitativa permitiu compreender as nuances, contradições e desafios enfrentados pelos professores da Educação Básica na adaptação de materiais didáticos e na efetivação de práticas inclusivas.

2.2 FONTES DE INFORMAÇÃO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

A constituição do corpus de análise estruturou-se em três eixos principais:

- **Marcos Legais e Documentos Oficiais:** Análise do arcabouço normativo brasileiro e internacional, incluindo a Constituição Federal (1988), a Declaração de Jomtien (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996 e alteração pela Lei nº 12.796/2013), a Resolução CNE/CP nº 1/2002 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).
- **Literatura Científica Especializada:** Levantamento de livros e artigos científicos publicados por autores de referência na área da educação inclusiva (como Mantoan, Moreira, Soares & Guimarães, Ziliotto & Gisi, Rodrigues & Lima, entre outros).
- **Indicadores e Dados Complementares:** Levantamento de dados quantitativos e indicadores recentes sobre a formação docente em Educação Especial, a exemplo dos dados do Painel Diversa (2024).

Os critérios de inclusão consideraram a aderência temática ao problema de pesquisa, a relevância teórica das discussões sobre adaptação de recursos e a atualização das legislações pertinentes.



2.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

A apreciação do material selecionado seguiu o método da análise de conteúdo temática, organizada em três fases operacionais:

1. **Leitura exploratória e seletiva:** Triagem do acervo para identificação das discussões centrais sobre políticas públicas, infraestrutura escolar e mediação pedagógica.
2. **Categorização dos achados:** Organização das informações nos eixos que estruturam os resultados do trabalho: (a) Trajetória histórica e legal da Educação Especial; (b) Desafios práticos na adaptação de materiais e barreiras infraestruturais; e (c) A relevância da formação inicial e continuada de professores.
3. **Síntese interpretativa:** Confronto crítico entre o aporte legal vigente e as condições reais da prática docente, permitindo correlacionar as lacunas de formação com as dificuldades vivenciadas no cotidiano das salas de aula comuns.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL - UM BREVE HISTÓRICO

A história da Educação Especial no Brasil se iniciou com a criação do Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant – IBC), em 1854, e do Instituto dos Surdos-Mudos (atualmente, Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES) em 1857, na cidade do Rio de Janeiro. Ambos foram criados pela intercessão de amigos ou de pessoas próximas ao Imperador, fato que configura a prática do favor e da caridade, o que era comum naquela época também nas relações com as pessoas com deficiência. Esse tipo de relação corroborou o caráter assistencialista, que balizou a atenção à pessoa com deficiência e à Educação Especial, em particular, desde seu início (Rodrigues; Lima, 2017; Ziliotto; Gisi, 2018).

Em nosso país, a educação especial teve suas primeiras ações voltadas ao atendimento educacional e/ou assistencial para o excepcional através de campanhas com liderança de associações privadas como Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e a Sociedade Pestalozzi, com apoio do Governo Federal.

De acordo Ziliotto e Gisi (2018), as propostas da Educação Especial baseavam-se em duas vertentes: médico-pedagógica e psicopedagógica. A primeira tinha como característica principal a preocupação higienizadora e teve como consequências a instalação de escolas em hospitais, o que promoveu maior segregação de atendimentos aos estudantes com deficiência. Por outro lado, a vertente psicopedagógica buscava a educação dos “anormais”, que eram identificados por meio de escalas psicológicas e escalas de inteligência. Mesmo tendo como objetivo a educação do estudante com deficiência, essa vertente também revelou um caráter segregatório, dando origem às classes especiais públicas.



A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 (1996), define educação especial, no artigo 58, como "a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades educacionais especiais". A Lei nº 9.394 (1996) foi alterada pela Lei nº 12.796 (2013), passando o público da Educação Especial a ser denominado educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Já no final do século XIX e meados do século XX, acontecem preciosas mudanças em que se dá o desenvolvimento de escolas e/ou classes especiais em escolas públicas, trazendo como proposta uma educação à parte à pessoa deficiente. Através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a educação de especiais passou a ser sinalizada, conferindo direitos à pessoa com necessidades e, sobretudo, direito à igualdade. Através de lutas sociais vários outros documentos foram sendo construídos buscando sempre direito à diversidade e à igualdade de condições para todos (Rodrigues; Lima, 2017).

De acordo com Ziliotto e Gisi (2018), na década de 80 ocorreram grandes acordos e declarações para garantir a inserção dos deficientes de forma igualitária na sociedade, propagando assim o interesse mundial no respeito às diferenças. Partindo da análise de que houve o aumento das pessoas com deficiências nas escolas regulares, gerou maior atenção para a implantação de novas políticas públicas e discussões intensas, com a tentativa de inserir métodos que garantam o acesso, aprendizagem e permanência dos alunos nas escolas, tornando esse processo como prática inclusiva. O processo de inclusão escolar é um desafio que contempla a realização de práticas pedagógicas dos profissionais, considerando as particularidades do aluno com o seu processo de aprendizagem pessoal.

E por último destaca-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), cujo objetivo é:

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo garantir a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Para atingir esse objetivo, oriente os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular com participação, aprendizado e continuidade nos níveis mais avançados; integração da educação especial desde a educação infantil até o ensino superior; oferta de atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para promover a inclusão; envolvimento da família e da comunidade; garantia de acessibilidade arquitetônica, nos transportes, móveis, comunicações e informações; e cooperação entre diferentes setores na implementação de políticas públicas (Brasil, 2008).

O direito à educação, tanto para os alunos com necessidades educativas especiais quanto para todos os cidadãos, é um direito assegurado pela Constituição. Para garantir uma educação de qualidade para todos, é essencial que as escolas adotem não apenas uma postura de aceitação, mas também de valorização das diferenças. Essa valorização pode ser alcançada por meio do resgate dos valores culturais, do fortalecimento



da identidade individual e coletiva, bem como do respeito pelo processo de aprendizado e construção do conhecimento.

Sabe-se que a nossa legislação resguarda a educação e a igualdade como algo primordial, sendo algo listado na Constituição Federal de 1988, e em outras leis a LDB dispõe um capítulo sobre Educação inclusiva e está fala muito sobre o que deve ser feito para atingir os objetivos da inclusão que é oportunizar as metodologias, espaços e materiais que devem ser capazes de atender a todos, e não serem elaborados separadamente para as pessoas com deficiência (Mantoan, 2015; Rotta; Ohlweiler; Riesgo, 2016).

Professores especialistas em educação especial e inclusiva são fundamentais para atender o aluno, um especialista que ajuda os professores a atender às necessidades de todos os alunos está trabalhando de forma inclusiva. Mantoan (2015) reflete sobre a importância de recriar o modelo educativo, uma estratégia fundamental é o currículo inclusivo De acordo com os escritos de Mantoan (2015):

(...) as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, nos quais as crianças aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, os alunos são ensinados a valorizar a diferença, pela convivência de seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar – sem tensões competitivas, solidário, participativo (Mantoan, 2015, p. 35).

Segundo Mantoan (2015) para uma escola se tornar inclusiva e democrática e que alcança todos, é necessário não apenas modificarmos as representações que temos em relação aos parâmetros de qualidade das escolas, mas é necessário também voltarmos nossos olhos para a qualidade da mediação e prática pedagógica que nossos professores vêm oferecendo a nossos alunos.

A efetivação da educação inclusiva depende não apenas da existência de leis e políticas públicas, mas também de sua concretização no cotidiano escolar. Para que os princípios da inclusão sejam colocados em prática, é indispensável que a escola desenvolva estratégias pedagógicas flexíveis, promova adaptações curriculares quando necessário e assegure recursos de acessibilidade capazes de atender às diferentes necessidades dos estudantes.

Sendo assim, a construção de uma cultura escola inclusiva requer o compromisso de toda a comunidade educativa, envolvendo gestores, professores, famílias e demais profissionais, de modo a garantir a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os alunos em condições de igualdade (Mantoan, 2015).

Embora os avanços legais e as políticas públicas tenham ampliado o acesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial ao ensino regular, ainda persistem desafios relacionados à efetivação de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas.



Questões como a formação continuada dos professores, a disponibilidade de recursos pedagógicos e de acessibilidade, o apoio especializado e a articulação entre os diferentes profissionais da educação continuam sendo fatores determinantes para a promoção de uma educação de qualidade. Nesse sentido, torna-se relevante aprofundar as discussões acerca da inclusão escolar, considerando que a garantia do acesso à escola deve estar acompanhada de condições que favoreçam a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento integral de todos os estudantes, respeitando suas singularidades e potencialidades.

3.2 AS DIFICULDADES DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA E A DIFICULDADE EM ADAPTAR MATERIAIS

A implementação da educação especial em escolas regulares exige educadores preparados para atender às necessidades do ensino inclusivo, hoje encontramos na realidade das escolas professores e funcionários sem formação especializada, essa formação tem um papel fundamental para a manutenção desses profissionais, que podem ir acumulando saberes e construindo experiências a partir das práticas. Bem como a implementação de tecnologias assistivas em sala de aula pode ser um auxiliador para o docente nesse processo delicado de inclusão (Moreira, 2022).

Entre as necessidades que interferem no processo de ensino-aprendizagem de educação especial, estão as adaptações dos conteúdos com materiais alternativos. Essas adaptações podem exigir tempo e investimento por parte dos gestores, mas não devem ser um empecilho para a inclusão (Soares; Guimarães, 2018; Moreira, 2022).

Permitir que alunos, pais, responsáveis e funcionários dialoguem sobre diversidade é uma iniciativa que pode solucionar o estranhamento que pode vir da inclusão em escolas regulares. Discussões e debates em sala de aula sobre a valorização do convívio com as diferenças, além de incentivarem a empatia e o respeito, promovem interação.

Cada indivíduo tem necessidades de aprendizagem diversas, tornando-se particularmente difícil para alguns prosperarem em ambientes escolares. Na educação, um tamanho único não serve para todos. O sistema escolar tradicional, outrora definido por filas de carteiras e uma abordagem de ensino inflexível, permite agora a importância da diversidade de estilos de aprendizagem, capacidades e necessidades que cada aluno traz para a sala de aula (Dias; Henrique, 2018).

A educação inclusiva envolve a concepção de currículos, pedagogias, materiais e ambientes de sala de aula que apoiem e envolvam todos os alunos, independentemente da sua formação, capacidades ou competências de aprendizagem (Zanato; Gimenez, 2017). No entanto, criar um espaço inclusivo e fornecer materiais diversos é apenas o começo, devemos também garantir que os professores tenham as ferramentas necessárias para desenvolver seus métodos de ensino. O ensino adaptativo, um conceito crescente que compreende os estilos e ritmos de aprendizagem exclusivos dos alunos, surgiu em resposta. Incentiva os



professores a modificar e alterar os métodos existentes para se adequarem aos contextos individuais, garantindo que nenhum aluno fique para trás.

A falta de professores de apoio e especializados é destaque entre os desafios encontrados na implementação da educação inclusiva no Brasil. A legislação prevê salas de recursos especializados acontecendo em contraturno durante o período letivo. Existe uma diferenciação entre os dois profissionais necessários em uma sala de aula inclusiva. O profissional com formação em educação especial e o profissional regular devem atuar em conjunto para que a integração do educando às classes comuns seja eficiente (Soares; Guimarães, 2018; Moreira, 2022).

Segundo Moreira (2022), o Brasil tem identificado nos últimos anos que o número de alunos com deficiência que dividem a sala de aula com alunos sem deficiência vêm crescendo, o que é bastante positivo. Entretanto, é necessário perceber que não é ideal que o número de estudantes em uma turma inclusiva seja o mesmo que o de uma turma regular.

Uma escola com educação inclusiva precisa passar por adaptações para que os alunos assistidos possam efetivamente usufruir da experiência da educação. Turmas muito numerosas sobrecarregam os profissionais que sentiram dificuldade em lidar com os alunos com necessidades especiais e os discentes não receberão todo o apoio que necessitam durante o processo de ensino-aprendizagem (Soares; Guimarães, 2018).

As dificuldades encontradas nos ambientes escolares vão desde as péssimas condições das estruturas físicas das instituições até a falta de materiais para construir aulas dinâmicas e acessíveis, sabe-se que essas escolas foram construídas para uma sociedade cheia de barreiras de preconceitos o que dificulta fazer adaptações necessárias (Da Silva; Arruda, 2014).

Segundo Soares e Guimarães (2018), a falta de formação dos professores tem sido um obstáculo significativo para a aprendizagem e adaptação das crianças com necessidades especiais nas escolas regulares. Além disso, há uma escassez de docentes especializados nessa área da educação, e muitos deles relutam em trabalhar com crianças deficientes devido a sentimentos de medo, receio, preconceito e falta de entusiasmo, bem como devido a salários baixos. Adicionalmente, os professores que estão em sala de aula não foram preparados para lidar com esse tipo de desafio, colocando-os em uma situação desconfortável que prejudica o processo de inclusão escolar e a aprendizagem dos alunos, destaca-se assim que a maior dificuldade de adaptar os materiais de acordo com o conteúdo estudado em sala é a falta de formação dos professores.

Outro desafio que surge é a falta de materiais nas escolas (Dias; Henrique, 2018), existem escolas que não tem sequer folhas de ofício, os professores acabam por se reinventar construindo as atividades com materiais recicláveis, mesmo assim, eles precisam tirar de seus salários, folhas, canetas, fitas adesivas, papel



contact, tintas, tesoura, massinha de modelar, etc., a fim de construir um material de baixo custo para tentar suprir a necessidade de seu aluno especial.

Também observa-se que os materiais adaptados não estão sendo construídos nas escolas que tem material escolar para fazê-lo, isso porque os professores de apoio que são os responsáveis pela construção e adaptação desse material não possuem aula de planejamento, e a maioria dos professores com duplas jornadas de trabalho mesmo levando as atividades para construir em casa, não tem o tempo necessário para este (Zanato; Gimenez, 2017).

3.2.1 A formação continuada para o professor

A sociedade brasileira ainda enfrenta profundas marcas de desigualdade e preconceito. No entanto, com as novas políticas de inclusão de pessoas com necessidades especiais, esses indivíduos agora têm a oportunidade de conviver e acessar os bens e serviços que são direitos de todos os cidadãos brasileiros.

As mudanças no mundo contemporâneo estão impondo ao profissional da educação uma variedade de responsabilidades, muitas das quais vão além do escopo de sua formação acadêmica. Essas exigências exigem condições concretas em uma sociedade educacional diversificada e inclusiva, onde a formação muitas vezes não está alinhada com os desafios enfrentados diariamente no ambiente escolar (Da Silva; Arruda, 2014).

Os cursos de formação inicial de professores são estabelecidos pela Resolução CNE/CP nº. 1 de 18 de fevereiro de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, oferecendo um curso de licenciatura de graduação plena.

Art. 2º A organização curricular de cada instituição observará, além do disposto nos artigos 12 e 13 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, outras formas de orientação inerentes à formação para a atividade docente, entre as quais o preparo para: II - o acolhimento e o trato da diversidade; (Brasil, 2002, p.1) § 3º A definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica, propiciar a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, contemplando: II - conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas (Brasil, 2002, p 2-3).

Apesar da obrigatoriedade legal de incluir disciplinas relacionadas à educação especial nos cursos de formação inicial de professores, é válido questionar como essa integração está sendo efetivamente desenvolvida. Portanto, torna-se essencial avaliar os impactos dessas disciplinas na formação inicial de professores, especialmente devido à natureza inicial dessa prática e à falta de compreensão sobre suas consequências (Da Silva; Arruda, 2014).



Segundo Santos (2018), a prática educativa acadêmica tem como objetivo a formação baseada em valores, conceitos e ações intencionais e operacionais. O que se busca, na realidade, é a formação de um graduado capaz, reflexivo e confiável em sua escolha de ser educador. No entanto, o contexto educacional exige um profissional bem preparado, e surgem questões sobre quais recompensas financeiras e reconhecimentos profissionais ele recebe em relação ao desenvolvimento de sua carreira. Essas contradições desafiam os novos educadores a refletirem sobre o significado profissional que adquiriram ao longo de sua jornada acadêmica.

Mantoan (2015), observa que os profissionais da educação muitas vezes não estão preparados para lidar com estudantes da educação especial matriculados em classes comuns do ensino regular, pois muitas vezes ficaram limitados aos conhecimentos científicos convencionais. Diante da insegurança gerada pela realidade inclusiva, esses profissionais precisam delinear questões, expandir suas formas de atendimento e compreensão do "especial", além de criar e facilitar experiências humanas que os ajudem a lidar com a diversidade.

A sociedade exige a inclusão plena, respaldada pelos direitos já garantidos pelas leis educacionais. No entanto, a falta de uma formação específica adequada torna difícil atender às necessidades desse grupo. Durante a formação acadêmica, os professores recebem um conhecimento teórico mínimo sobre educação especial e não têm experiência prática em escolas especiais (Dias; Henrique, 2018).

Diante da realidade precisa de uma formação que garanta o mínimo exigido e que busque atender ao público desse universo da educação especial, resta aos docentes a busca por formações complementares, continuadas para que possuam um currículo adaptados a essas necessidades.

A formação continuada de modo geral tem buscado ajudar os docentes a superar os desafios, na educação especial, esses ganham corpo e notoriedade a partir do momento em que esses professores recebem os alunos com deficiências em salas de aula de classes comuns, principalmente quando a escola não possui uma equipe de apoio multidisciplinar. Segundo a Diversa (2024), o painel de indicadores demonstra que no ano de 2024 apenas 6,4% dos professores possuíam formação continuada em educação especial certificada pelo MEC.

Os cursos de especialização, em educação especial em sua maioria são oferecidos à distância. Contudo, profissionais que buscam essas formações por vezes acabam se frustrando, pois, a teoria difere significativamente da realidade enfrentada diariamente. Embora não se caracterize como uma formação propriamente dita, a interação com os alunos especiais e troca de experiência com profissionais, colegas mais especializados, que tem consolidado a prática docente sobre educação especial (Santos, 2018; Da Silva; Arruda, 2014).

Embora a vivência com o ambiente ao qual estamos inseridos apresente-se como um importante prática no processo de ensino e aprendizagem, a educação formal continuada é primordial para formação



curricular. De acordo com Da Silva e Arruda (2014, p.3) “muitos professores têm o curso de graduação e não se preocupam em fazer um estudo continuado desse trabalho”. A formação é para além de tudo um meio de desenvolvimento das habilidades de autonomia pessoal e social.

Ao buscar uma relação interpessoais mais saudáveis, independência, interação social, satisfação pessoal e atitudes positivas, por meio de uma apropriação do conhecimento, o profissional passa a entender que é crucial que os alunos com necessidades educacionais especiais tenham a oportunidade de participar de maneira plena e significativa nas atividades escolares regulares (Moreira, 2022).

3.2.2 Adaptando os materiais

A adaptação de materiais é uma prática essencial para promover uma educação inclusiva e garantir que todos os estudantes tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem. Esse processo é realizado, principalmente, por professores especializados em educação inclusiva, que desenvolvem estratégias e recursos capazes de atender às necessidades específicas de cada aluno. Entre suas atribuições estão o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, a orientação sobre o uso de recursos de acessibilidade à leitura e à escrita, como lupas, lentes de aumento, cadernos com pauta ampliada e outros materiais adaptados. Além disso, esses profissionais incentivam a autonomia dos estudantes, elaboram programas de enriquecimento curricular e promovem diferentes ações que favorecem o desenvolvimento integral dos alunos (Zanato; Gimenez, 2017; Santos, 2018).

A adaptação de materiais vai além da simples modificação de recursos didáticos. Ela representa uma forma de tornar o ensino mais acessível, respeitando as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante. Quando os materiais são planejados de acordo com as necessidades dos alunos, eles conseguem participar das atividades escolares com mais autonomia, segurança e confiança, tornando o processo de aprendizagem mais significativo. Dessa forma, a adaptação não beneficia apenas o estudante com necessidades educacionais específicas, mas também contribui para que toda a comunidade escolar compreenda que ensinar é reconhecer que cada pessoa aprende de uma maneira diferente.

Nesse contexto, adaptar materiais significa oferecer condições para que o aluno participe efetivamente das atividades propostas, sem que suas limitações sejam um impedimento para aprender. Pequenas mudanças em jogos, livros, atividades impressas, recursos tecnológicos ou materiais concretos podem fazer uma grande diferença no desenvolvimento da aprendizagem. Assim, o professor passa a criar oportunidades para que todos os estudantes possam construir conhecimentos de forma ativa, respeitando seus ritmos, suas habilidades e suas formas de interação com o mundo.

Segundo Zanato e Gimenez (2017), interagir com crianças por meio de materiais adaptados é uma excelente estratégia para ensinar e aprender. Durante as atividades, as crianças têm a oportunidade de explorar diferentes objetos, texturas, formas, tamanhos, cores e sons utilizando, principalmente, o tato.



Essas experiências favorecem o desenvolvimento cognitivo, sensorial e emocional, além de fortalecerem a autoestima e os vínculos afetivos. Ao explorar o ambiente de maneira ativa, a criança amplia seus conhecimentos e desenvolve habilidades importantes para sua vida escolar e social.

Essas experiências também contribuem para que os estudantes se tornem mais participativos, curiosos e interessados em descobrir novas formas de aprender. Quando o ambiente escolar oferece recursos acessíveis e atividades adaptadas, a criança sente-se incluída, respeitada e motivada a participar das propostas pedagógicas. Dessa forma, a aprendizagem acontece de maneira mais natural, prazerosa e eficiente (Zanato; Gimenez, 2017).

Outro aspecto importante é que os materiais adaptados favorecem a participação dos estudantes nas diferentes situações do cotidiano escolar, permitindo que eles desenvolvam sua independência de forma gradual. Quando conseguem realizar tarefas com mais autonomia, sentem-se mais confiantes, fortalecem sua autoestima e passam a acreditar em seu próprio potencial. Esse processo influencia positivamente não apenas o desempenho acadêmico, mas também as relações sociais, contribuindo para que a criança se sinta pertencente ao ambiente escolar e participe das atividades com mais segurança.

De acordo com Santos (2018), uma criança com necessidades educacionais especiais pode apresentar dificuldades de aprendizagem ou alguma deficiência que torne o processo de aprender mais desafiador quando comparado ao de outras crianças da mesma faixa etária. Entretanto, essas dificuldades podem ser minimizadas quando o professor utiliza materiais adaptados e oferece diferentes formas de apoio. Esse suporte pode envolver recursos pedagógicos específicos, estratégias diferenciadas de ensino e adaptações que favoreçam a comunicação, o comportamento e o desenvolvimento das habilidades acadêmicas.

Nesse contexto, o papel do professor é fundamental. Cabe a ele observar as necessidades individuais de cada estudante, identificar suas potencialidades e planejar atividades que possibilitem sua participação efetiva nas aulas. O uso de materiais adaptados não deve ser visto como um privilégio, mas como uma estratégia que garante equidade, permitindo que todos tenham condições de aprender de acordo com suas características e necessidades.

Entretanto, para que esse trabalho seja realmente eficaz, é necessário que o professor tenha acesso à formação continuada e ao apoio da equipe escolar. A construção de práticas inclusivas depende da colaboração entre professores, gestores, profissionais especializados e famílias. Quando essa parceria acontece, torna-se mais fácil identificar as necessidades dos estudantes, elaborar estratégias adequadas e acompanhar o desenvolvimento de cada um. Assim, a inclusão deixa de ser apenas um direito previsto na legislação e passa a fazer parte da realidade da escola.

Além do comprometimento dos professores, a educação inclusiva é respaldada por importantes documentos legais que garantem o direito à educação para todos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação



Nacional (LDB), instituída pela Lei nº 9.394/1996 e reformulada pela Lei nº 12.796/2013, estabelece, em seu artigo 58, que a educação especial é uma modalidade de ensino destinada aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando igualdade de direitos educacionais (Brasil, 1996).

Da mesma forma, o Decreto que regulamenta a educação especial fortalece essa garantia ao destacar, em seu artigo 3º, a importância da articulação entre a educação especial e o ensino regular. Essa integração busca assegurar o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial, promovendo uma escola mais inclusiva e comprometida com o desenvolvimento de todos.

Outro documento de grande importância é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta o trabalho pedagógico em todas as etapas da Educação Básica. A BNCC é um documento normativo que define as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo de sua trajetória escolar. Seu objetivo é garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as diferenças individuais e promovendo uma educação de qualidade para todos, conforme previsto no Plano Nacional de Educação (PNE).

Ao defender uma educação voltada para a inclusão, a BNCC reforça a necessidade de práticas pedagógicas que respeitem a diversidade presente nas escolas. Isso significa que os professores devem planejar suas atividades considerando diferentes formas de ensinar e aprender, utilizando recursos acessíveis, metodologias diversificadas e materiais adaptados sempre que necessário. Dessa maneira, todos os estudantes têm maiores oportunidades de desenvolver suas capacidades, participar das atividades escolares e construir conhecimentos de forma significativa.

Além de cumprir uma função pedagógica, a adaptação de materiais representa uma demonstração de respeito à diversidade humana. Cada estudante possui uma história, uma maneira própria de aprender e necessidades que devem ser consideradas no planejamento das atividades escolares. Quando a escola reconhece essas diferenças e oferece recursos adequados, promove um ambiente mais acolhedor, participativo e justo, onde todos têm a oportunidade de aprender e desenvolver suas potencialidades.

Portanto, a adaptação de materiais constitui uma ferramenta indispensável para a efetivação da educação inclusiva. Quando associada ao compromisso dos professores, ao apoio da escola e ao cumprimento das legislações educacionais, ela favorece a construção de um ambiente mais acolhedor, acessível e democrático. Mais do que adaptar recursos, trata-se de reconhecer que cada estudante possui necessidades, ritmos e formas próprias de aprender, garantindo que todos tenham oportunidades reais de participar, aprender e se desenvolver plenamente (Zanato; Gimenez, 2017; Santos, 2018; Brasil, 1996). Nesse sentido, investir na adaptação de materiais significa investir em uma educação que valoriza as



diferenças, promove a equidade e contribui para a formação de cidadãos mais autônomos, participativos e preparados para viver em uma sociedade que respeita a diversidade.

3.2.3 Parcerias que dão certo

A parceria entre equipes psicossociais e professores é fundamental para promover um ambiente educacional inclusivo e acolhedor, no qual todos os alunos possam se desenvolver plenamente. Essa colaboração permite que os profissionais da psicossocial ofereçam suporte especializado na adaptação de materiais didáticos, tornando-os mais acessíveis e adequados às necessidades individuais dos estudantes, especialmente daqueles com dificuldades de aprendizagem ou necessidades especiais. Segundo Vygotsky (2001), o aprendizado ocorre melhor quando os recursos são ajustados ao nível de desenvolvimento do aluno, o que reforça a importância desse trabalho conjunto para o sucesso acadêmico e emocional das crianças.

A integração entre psicossocial e educadores fortalece a compreensão do contexto emocional e social dos alunos, favorecendo intervenções mais sensíveis e humanizadas. Almeida e colaboradores (2019) destacam que essa articulação é essencial para a criação de estratégias pedagógicas que respeitem a singularidade de cada criança, promovendo um ensino que valorize a diversidade e o potencial individual. Assim, o trabalho conjunto não apenas melhora a adaptação dos materiais, mas também contribui para a construção de uma escola mais inclusiva, onde o respeito às diferenças é um princípio vivo e transformador.

O Serviço Social em todos os âmbitos trabalha com a garantia de direitos, e na escola isso não seria diferente. No tocante à adaptação de materiais didáticos para os alunos com necessidades específicas, o setor vê essa iniciativa não apenas como um recurso pedagógico, mas uma forma palpável de se garantir o direito a uma educação que realmente traga oportunidade de inclusão a todos os estudantes, garantindo a equidade no processo formativo.

Em algumas instituições de ensino, a exemplo dos Institutos Federais Baianos, a parceria do Serviço Social com os professores e os demais membros da equipe multiprofissional, se dá por meio dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidade Específicas – NAPNEs. Ao professor cabe planejar a parte pedagógica, enquanto o Assistente Social é responsável por buscar elucidar a realidade do estudante nas esferas familiar, institucional e social do estudante. Sendo assim, o serviço social enxerga o estudante para além das dificuldades de aprendizagem, considerando o estudante como um sujeito de direitos nos seus aspectos biopsicossociais.

A atuação do profissional de Serviço social pode se dar por meio da identificação de entraves sociais, atuação em estudos de caso, acionamento da rede de apoio, escuta ativa e orientação das famílias, mediação entre escola, comunidade e família e participação na criação de plano inclusivo para a escola. A



parceria da equipe multiprofissional é importante também, por possibilitar a identificação e assimilação de tecnologia assistiva por meio do planejamento e atendendo as reais necessidades dos estudantes.

A parceria entre o professor regente e o segundo professor é fundamental para a efetiva adaptação de materiais pedagógicos voltados a alunos neurodivergentes. O professor regente, por conhecer profundamente o currículo e o ritmo da turma, identifica as necessidades de aprendizagem e os objetivos de cada conteúdo. Já o segundo professor, com olhar especializado nas particularidades do aluno, contribui com estratégias diferenciadas, como a simplificação de textos, o uso de recursos visuais, a organização sequencial das atividades e a oferta de apoios sensoriais. Quando esses profissionais trabalham de forma colaborativa, compartilhando observações, planejando juntos e avaliando continuamente os resultados, os materiais passam a respeitar o estilo de processamento, o tempo de resposta e as potencialidades de cada estudante, promovendo inclusão real e não apenas acomodação formal.

Essa colaboração também fortalece a coerência pedagógica e evita a sobrecarga de um único profissional. Ao discutirem regularmente as adaptações, seja na escolha de fontes maiores, na divisão de tarefas em etapas menores, no uso de checklists ou na substituição de avaliações escritas por avaliações orais, os dois professores garantem que o material continue alinhado aos objetivos da aula e, ao mesmo tempo, seja acessível. O resultado é um ambiente de aprendizagem mais equitativo, no qual o aluno neurodivergente participa de forma ativa e significativa, enquanto o restante da turma se beneficia de práticas mais flexíveis e sensíveis às diferenças individuais.

4 CONCLUSÃO

As deficiências não devem ser consideradas obstáculos para a participação e a contribuição das crianças na sociedade. É sabido que elas têm potencial para se tornarem membros ativos da comunidade e participarem do próprio desenvolvimento. Para garantir um processo de ensino-aprendizagem inclusivo e de qualidade, é fundamental contar com uma equipe de professores dedicada e preparada. Nesse processo, o papel do professor na adaptação dos materiais utilizados como suporte para o ensino dos conteúdos curriculares é essencial para que a criança com necessidades especiais compreenda, assimile e construa sua aprendizagem.

O conhecimento adquirido pelo professor durante sua formação pode apresentar limitações diante das situações encontradas na prática de adaptação de materiais inclusivos. Por isso, é importante que ele tenha acesso a recursos, orientações e conhecimentos que o ajudem a compreender o diferente e o novo, permitindo-lhe trabalhar com as relações humanas, respeitando as diferenças e as dificuldades de aprendizagem. O educador precisa fortalecer sua prática com os princípios da educação inclusiva, pois a educação especial inclusiva é essencial e transformadora para a formação do aluno com necessidades



especiais. Quando essa preparação não acontece de forma suficiente na formação inicial, torna-se necessária a busca por formação continuada, apoio profissional e novas experiências de aprendizagem.

A pesquisa conclui que a inclusão deve assegurar aos educandos não apenas o acesso à escola, mas também condições reais de aprendizagem. Para isso, é necessário superar os desafios encontrados na elaboração e na utilização dos recursos didáticos inclusivos. Um dos primeiros passos para uma inclusão efetiva é eliminar as barreiras presentes na forma como os conteúdos são apresentados às crianças com necessidades especiais. Também é necessário oferecer materiais adaptados, tecnologias assistivas adequadas, formação para os professores, tempo para o planejamento e recursos que auxiliem o trabalho desenvolvido em sala de aula.

Sendo assim, a adaptação dos materiais não deve ser uma responsabilidade assumida somente pelo professor. A inclusão precisa envolver toda a comunidade escolar, contando com a participação dos gestores, dos professores regentes, dos profissionais de apoio, da equipe pedagógica, dos profissionais especializados e das famílias. Quando existe diálogo e colaboração entre essas pessoas, torna-se mais fácil compreender as necessidades de cada criança e elaborar atividades que respeitem suas características. Esse trabalho em conjunto também faz com que o professor se sinta mais seguro e apoiado diante das dificuldades encontradas no cotidiano escolar.

Por fim, percebemos, com este estudo, que ainda existem muitas dificuldades para a construção de uma escola realmente inclusiva e para a incorporação de profissionais especializados em educação especial. É necessário que sejam construídas alternativas para a adaptação dos recursos didáticos e para o planejamento do ensino, levando em consideração as necessidades e as possibilidades de cada aluno. Os desafios ainda são grandes, mas a legislação educacional e a BNCC reforçam a importância da formação dos professores, da diversidade e do direito de todos à aprendizagem. A mudança desejada para o futuro precisa começar no presente, por meio do compromisso dos educadores, das escolas e do poder público com uma educação mais acessível a todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.; SILVA, M.; SANTOS, R. Parceria entre psicossocial e educação: contribuições para práticas inclusivas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 2, p. 245-260, 2019.

ARRUDA, Marco Antônio; ALMEIDA Mauro de. **Cartilha da inclusão escolar: Inclusão Baseada em Evidências Científicas**. Rio Preto: ABDA, 2014.

BNCC. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 de julho de 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008



DA SILVA, Ana Paula Mesquita; ARRUDA, A. L. M. M. O papel do professor diante da inclusão escolar. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 5, n. 1, p. 1-29, 2014. Disponível em: https://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf. Acesso em: 15 de julho de 2026.

DIAS, Sabrina Alves; HENRIQUE, Keila Endo Neves. Adaptação de materiais e atividades para uma criança com transtorno do espectro do autismo: o trabalho colaborativo no processo educacional. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, v. 19, n. 1, 2018.

DIVERSA. **Painel de Indicadores da Educação Especial**. Disponível em: <https://diversa.org.br/indicadores/>. Acesso em: 3 de agosto de 2026.

LDB – **Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394**. 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar** – O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MOREIRA, Andrea dos Santos Mangolin et al. Educação especial e inclusão. **Projetos Integrados (PI)**, 2022.

RODRIGUES, Ana Paula Neves; LIMA, Cláudia Araújo. A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão. **Revista de Educação**. Pernambuco, v. 3, n. 5, 2017.

SANTOS, Karine de Freitas. **A sala de recurso e a inclusão de alunos com necessidades especiais em Mariana MG**. 2018. Disponível em: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/1495/6/MONOGRAFIA_SalaRecursoInclus%C3%A3o.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2026.

SOARES, Danúbia de Oliveira Gonçalves; GUIMARÃES, Luiza Angélica Paschoeto. Dificuldades de aprendizagem x Educação Especial: o que aborda a legislação. **Episteme Transversalis**, v. 8, n. 2, 2018.

VYGOTSKY, Lev Semyonovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Tradução: José Cipolla Neto; Luís Silveira Menna Barreto; Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ZANATO, Caroline Borges; GIMENEZ, Roberto. Educação Inclusiva: um olhar sobre as adaptações curriculares. **Revista@ mbienteeducação**, v. 10, n. 2, p. 289-303, 2017.

ZILIOTTO, Gisele Sotta; GISI, Maria Lourdes. As políticas de educação especial no Brasil: trajetória Histórica dos normativos e desafios. **Sisyphus: Journal of Education**, v. 6, n. 3, p. 99-115, 2018.